

Sumário

CAPÍTULO 1 – O DIREITO E A ORDEM INTERNACIONAL.....	19
1.1. O ponto de partida.....	19
1.2. Características da ordem internacional.....	26
1.3. A importância do direito para a ordem internacional.....	30
1.4. O direito internacional público e o direito internacional privado: uma dicotomia atenuada.....	35
1.5. As funções do direito internacional público.....	37
1.6. O território: elemento constitutivo da ordem internacional de Westfália.....	42
1.7. A ordem internacional de Westfália.....	46
1.8. A globalização e a mudança da ordem internacional de Westfália.....	51
CAPÍTULO 2 – FONTES DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: ARTIGO 38 DO ESTATUTO DA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA.....	59
2.1. Fontes de direito internacional.....	59
2.2. Os tratados internacionais.....	62
2.2.1. A relevância dos tratados internacionais.....	62
2.2.2. A noção de tratado.....	64
2.2.3. Notas típicas dos acordos internacionais.....	65
2.2.4. Competência para negociar e ratificar tratados na França e nos Estados Unidos.....	69
2.2.5. Tratados e convenções celebrados pelo Brasil com nações estrangeiras.....	71
2.2.6. As reservas.....	74
2.2.7. Os vícios do consentimento.....	77
2.2.8. A vigência dos tratados internacionais.....	79
2.2.8.1. Os vários prismas da norma jurídica internacional: fundamento, validade e eficácia.....	79
2.2.8.2. A vigência dos tratados internacionais.....	81
2.2.9. A publicidade dos tratados.....	83
2.2.10. Promulgação e publicidade dos tratados no Brasil.....	85
2.2.11. Efeitos dos tratados.....	86
2.2.12. A modificação dos tratados.....	92

2.2.13.	O conflito de tratados internacionais	100
2.2.14.	A colisão entre os tratados comerciais e ambientais.....	103
2.2.15.	A interpretação dos tratados internacionais.....	109
2.2.15.1.	Sentido ordinário e sentido particular.....	111
2.2.15.2.	Interpretação evolutiva	112
2.2.15.3.	Contexto	113
2.2.15.4.	Objeto e propósito	117
2.2.15.5.	Trabalhos preparatórios	119
2.2.15.6.	O princípio do efeito útil.....	121
2.2.15.7.	A escolha da norma mais favorável na interpretação dos tratados sobre direitos humanos	123
2.2.15.8.	O princípio da proporcionalidade	124
2.2.16.	Presunções e máximas interpretativas.....	127
2.2.17.	Extinção dos tratados internacionais.....	128
2.2.18.	As obrigações erga omnes	131
2.2.19.	As normas imperativas (jus cogens).....	136
2.3.	O costume	142
2.3.1.	O costume no direito interno e no direito internacional	142
2.3.2.	A revitalização do costume	146
2.4.	Os princípios gerais de direito.....	149
2.4.1.	A importância dos princípios gerais de direito	149
2.4.2.	Os princípios gerais de direito no Estatuto da Corte Internacional de Justiça....	150
2.5.	Fontes auxiliares: a jurisprudência e a doutrina	152
2.6.	Atos unilaterais dos Estados.....	155
2.7.	A proliferação normativa e o risco de fragmentação do direito internacional	158
2.8.	O “diálogo” das fontes: uma nova perspectiva sobre a relação entre as normas inter- nacionais	164
2.8.1.	O “diálogo” sistemático de coerência.....	168
2.8.2.	O “diálogo” de coordenação e adaptação.....	169
2.8.3.	O “diálogo” sistemático de complementaridade	171
2.9.	A integração e aplicação do direito internacional	175
CAPÍTULO 3 – SUJEITOS DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO		181
3.1.	Pessoas jurídicas	181
3.2.	O Estado.....	183
3.2.1.	Estado unitário, estado federal e confederação de estados	187
3.3.	A subjetividade jurídica das organizações internacionais.....	190
3.4.	O indivíduo como sujeito de direito internacional.....	192
3.5.	A humanidade como sujeito de direito internacional	196

CAPÍTULO 4 – AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	199
4.1. O aparecimento das organizações internacionais	199
4.2. A constituição e a estrutura institucional das organizações internacionais.....	201
4.3. Os atos unilaterais das organizações internacionais.....	202
4.4. A competência normativa externa das organizações internacionais.....	204
4.5. Os atos unilaterais das organizações de integração econômica: o caso da União Europeia	207
4.6. Os atos unilaterais da Organização Mundial do Comércio	208
4.7. Sentido e alcance da produção normativa das organizações internacionais.....	211
4.8. A Organização das Nações Unidas	213
4.9. A administração internacional de territórios.....	220
4.10. A Corte Internacional de Justiça e a declaração de independência de Kosovo	225
CAPÍTULO 5 – O DIREITO INTERNACIONAL E O USO DA FORÇA	227
5.1. O papel da força para o direito internacional.....	227
5.2. O uso da força e a Carta das Nações Unidas.....	233
5.3. A formação histórica do princípio de não intervenção	237
5.4. A não intervenção na Carta da ONU	246
5.5. Os desafios da não intervenção.....	253
5.6. A assistência humanitária nas catástrofes naturais, industriais e nos conflitos armados	257
5.7. Os corredores humanitários	260
5.8. As zonas de proteção das vítimas de conflitos armados.....	263
5.9. O Conselho de Segurança e as novas dimensões da paz	265
5.10. O desarmamento	275
CAPÍTULO 6 – A SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONTROVÉRSIAS	279
6.1. As controvérsias internacionais na atualidade	279
6.2. A noção de controvérsia internacional.....	282
6.3. Os meios diplomáticos de solução de controvérsias.....	286
6.4. Os meios jurisdicionais de solução de controvérsias	291
6.4.1. A arbitragem.....	294
6.4.2. A Corte Internacional de Justiça	298
6.4.2.1. A opinião consultiva de julho de 2025 sobre a mudança climática	306
6.4.2.2. Os desafios da Corte Internacional de Justiça.....	309
6.4.3. O tribunal internacional do direito do mar	311
6.4.4. O tribunal penal internacional para a antiga Iugoslávia	318
6.4.5. O tribunal penal internacional para Ruanda	319

6.4.6. A importância da jurisprudência dos tribunais para a antiga Iugoslávia e para Ruanda	320
6.4.7. O Tribunal Penal Internacional.....	321
6.5. Efeitos do aumento dos meios jurisdicionais de solução de controvérsias	331
CAPÍTULO 7 – A SANÇÃO NO DIREITO INTERNACIONAL.....	335
7.1. A definição de sanção.....	335
7.2. As exceções humanitárias à aplicação de sanções.....	337
7.3. A sanção no direito internacional econômico: o caso da OMC.....	341
CAPÍTULO 8 – A RESPONSABILIDADE DO ESTADO NO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO.....	345
8.1. A evolução da teoria geral da responsabilidade do Estado.....	345
8.2. A responsabilidade do Estado no direito brasileiro.....	348
8.3. Proteção diplomática.....	350
8.4. A responsabilidade do Estado no direito internacional público	353
8.4.1. As características da responsabilidade internacional do Estado	353
8.4.2. Os elementos da responsabilidade internacional do Estado.....	356
8.4.3. A violação de normas imperativas de direito internacional geral.....	361
8.4.4. As contramedidas.....	362
8.4.5. Causas atenuantes e causas que excluem a ilicitude	363
8.4.6. A reparação do dano.....	365
8.4.7. Responsabilidade por atos não proibidos ou por risco	367
CAPÍTULO 9 – A IMUNIDADE DAS PESSOAS FÍSICAS E DO ESTADO	371
9.1. Desenvolvimento histórico da imunidade de jurisdição dos agentes diplomáticos.....	371
9.2. O conteúdo da imunidade de jurisdição dos agentes diplomáticos e consulares.....	374
9.3. A imunidade do Estado como pessoa jurídica de direito internacional.....	376
9.4. A imunidade de jurisdição na jurisprudência brasileira	379
9.5. As Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e Consulares e a salvaguarda dos direitos do homem	380
CAPÍTULO 10 – SUCESSÃO DE ESTADO	383
10.1. Aspectos gerais	383
10.2. Os efeitos da sucessão de Estados	384
10.3. Os efeitos da sucessão de Estados em matéria de bens.....	385
10.4. Os efeitos da sucessão de Estados sobre os direitos de natureza privada	386
10.5. Os efeitos da sucessão de Estados sobre a nacionalidade.....	387
10.6. A sucessão de Estados e as organizações internacionais	387

CAPÍTULO 11 – RECONHECIMENTO DE ESTADO E DE GOVERNO	389
11.1. Reconhecimento de Estado.....	389
11.2. Reconhecimento de governo	392
CAPÍTULO 12 – A COMPETÊNCIA TERRITORIAL E A COMPETÊNCIA PESSOAL DO ESTADO	395
12.1. Duas competências fundamentais	395
12.2. Competência territorial.....	396
12.3. Competência pessoal	398
12.3.1. Estado e nação.....	398
12.3.2. O direito à nacionalidade	400
12.3.3. A nacionalidade.....	402
12.3.4. A população brasileira	404
12.4. Condição jurídica do estrangeiro	406
12.4.1. Proteção jurídica do estrangeiro no Brasil.....	408
12.4.2. Deportação.....	409
12.4.3. Expulsão.....	410
12.4.4. Extradicação	410
CAPÍTULO 13 – O DOMÍNIO PÚBLICO INTERNACIONAL	413
13.1. As regiões polares.....	413
13.2. As transformações do Direito do Mar	415
13.2.1. Observações preliminares.....	415
13.2.2. As novas dimensões do Direito do Mar	416
13.2.3. Causas da transformação do Direito do Mar	418
13.2.4. A Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.....	421
13.2.5. A Convenção de Montego Bay sobre o Direito do Mar	423
13.2.6. O alto-mar, os fundos marinhos e a proteção do meio ambiente.....	426
13.2.7. O Brasil e o novo Direito do Mar.....	428
13.2.8. O significado da Terceira Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar	430
13.3. Canais internacionais ou interoceânicos.....	432
13.4. Rios internacionais.....	433
13.4.1. Alguns casos de regimes especiais.....	435
13.5. Espaço aéreo e extra-atmosférico	436
13.5.1. Espaço extra-atmosférico	438
CAPÍTULO 14 – DIREITO INTERNACIONAL ECONÔMICO: ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO: GÊNESE, ESTRUTURA INSTITUCIONAL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS	441

14.1. A ordem econômica internacional do segundo pós-guerra.....	441
14.2. A organização mundial do comércio	450
14.3. Os princípios da OMC.....	452
14.4. A estrutura institucional da OMC.....	453
14.5. A solução de controvérsias na OMC	454
14.6. Os países em desenvolvimento e a solução de controvérsias na OMC	459
14.6.1. O GATT	459
14.6.2. As disposições sobre tratamento especial e diferenciado na OMC.....	461
14.7. Os desafios da ordem econômica global	466
CAPÍTULO 15 – O DIREITO DA INTEGRAÇÃO: MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA	471
15.1. Noções gerais.....	471
15.2. Os primórdios da integração na América do Sul: a experiência da ALALC e da ALADI.....	475
15.3. Fatores que propiciaram a constituição do Mercosul	477
15.4. Características gerais do Mercosul.....	479
15.5. Órgãos do Mercosul.....	480
15.5.1. O Conselho do Mercado Comum.....	480
15.5.2. O Grupo Mercado Comum.....	483
15.5.3. A Comissão de Comércio do Mercosul	485
15.5.4. Parlamento	486
15.5.5. A Secretaria Administrativa do Mercosul	489
15.5.6. Comitês Técnicos	490
15.5.7. Foro Consultivo Econômico-Social.....	490
15.6. A solução de controvérsias no Mercosul	490
15.6.1. A evolução do sistema de solução de controvérsias no Mercosul	490
15.6.2. A experiência do Protocolo de Olivos	493
15.7. A gênese da União Europeia.....	499
15.8. A estrutura institucional da União Europeia.....	506
15.8.1. O Conselho Europeu	506
15.8.2. O Parlamento Europeu.....	507
15.8.3. O Conselho da União Europeia.....	510
15.8.4. A Comissão Europeia	512
15.8.5. O Tribunal de Contas	514
15.8.6. O Tribunal de Justiça.....	514
15.8.7. O Banco Central Europeu.....	518
CAPÍTULO 16 – A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS	519
16.1. A afirmação histórica dos direitos humanos.....	519

16.2. A internacionalização dos direitos humanos	523
16.3. A elaboração dos pactos de 1966.....	526
16.4. O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	527
16.5. O Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.....	530
16.6. Os instrumentos especiais de proteção dos direitos humanos	533
16.7. Asilo e refúgio.....	538
16.8. Mecanismos não convencionais de proteção dos direitos humanos de natureza universal.....	543
16.9. Os sistemas regionais de proteção dos direitos humanos.....	547
16.9.1. Uma complementaridade necessária	547
16.9.2. O sistema europeu.....	548
16.9.3. O sistema interamericano.....	551
16.9.3.1. A jurisprudência da Corte Interamericana.....	558
16.9.3.1.1. 1989 a 2003	559
16.9.3.1.2. 2006 a 2012	563
16.9.3.1.3. 2014 aos dias atuais.....	570
16.9.3.1.4. As principais opiniões consultivas.....	575
16.9.3.1.4.1. A opinião consultiva 32/25 sobre a mudança climática.....	580
16.9.4. O sistema africano.....	584
16.10. O impacto da proteção dos direitos humanos sobre a noção de domínio reservado...	585
16.11. Consequências da proteção internacional dos direitos humanos.....	589
CAPÍTULO 17 – A APLICAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL PELO JUIZ BRASILEIRO	593
Capítulo 18 – O DIREITO INTERNACIONAL E A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE	603
18.1. Introdução.....	603
18.2. A regulação internacional do meio ambiente.....	606
18.3. As instituições e os bens ambientais.....	617
18.4. As fontes do direito internacional do meio ambiente.....	621
18.4.1. O tratado	621
18.4.2. O costume.....	628
18.4.3. O papel dos princípios gerais de direito internacional	630
18.4.4. As decisões judiciais e a doutrina.....	641
18.4.5. O <i>soft law</i> e a elaboração de standards privados.....	641
18.4.6. Transformações no direito internacional do meio ambiente.....	646
18.5. O desenvolvimento sustentável	649
18.6. O direito ao meio ambiente sadio	659
18.7. O interesse comum da humanidade.....	671

CAPÍTULO 19 – A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E O COMÉRCIO INTERNACIONAL	677
19.1. As restrições comerciais autorizadas pelos tratados sobre a proteção do meio ambiente.....	677
19.2. As exceções comerciais e a proteção do meio ambiente no GATT.....	681
19.2.1. O sentido do art. XX do GATT	681
19.2.2. Os recursos naturais	685
19.2.3. A interpretação do caput do art. XX do GATT	690
19.3. O Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias.....	692
19.4. O Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio	696
19.5. O TRIPS e a Convenção sobre Diversidade Biológica.....	700
19.6. A transferência de tecnologia.....	709
19.7. A proteção das plantas e dos vegetais	712
CAPÍTULO 20 – COEXISTÊNCIA, COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE: A MUDANÇA DA ESTRUTURA E DA FUNÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	721
CAPÍTULO 21 – A JUSTIÇA E O DIREITO INTERNACIONAL	733
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	745